



APÊNDICE
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
CMDO DE POL. DA CAPITAL
- CIPAMA



OFÍCIO CIRCULAR

Teresina-PI, 14 de março de 2007.
Do: Cap QOPM Carlos Henrique.
Aos: Srs Cmt's das Unidades Ambientais
Assunto: Solicitação

Senhor Comandante,

Solicito de Vossa Senhoria a colaboração no sentido de enviar a este Oficial as seguintes informações;

01- Síntese histórica do policiamento ostensivo ambiental em seu Estado. (Lei que criou a OPM ambiental, cidades onde estão sediada e atual efetivo).

02- Informações complementares sobre a atuação do policiamento ambiental (projetos e ou programas de educação ambiental).

A presente solicitação tem por objetivo subsidiar pesquisa acadêmica (Mestrado em Meio Ambiente na UFPI) que estou realizando sobre o policiamento ambiental no Brasil.

Espero poder contar com Vossa colaboração e disponibilizar estes dados para os senhores em breve. (aguardo resposta através de meus e-mails)

carloshenriqueteixeira@hotmail.com

capteixeira@bol.com.br

Respeitosamente,

Carlos Henrique Teixeira da Silva – Cap “QOPM
Rg 1010585-93

ANEXOS



Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934

Aprova o código florestal

O chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o código florestal que com este baixa, assignado pelos ministros de Estado e cuja execução compete ao Ministério da Agricultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1934, 113º da independencia e 46º da republica.

GETULIO VARGAS.

Navarro de Andrade, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

Francisco Antunes Maciel.

Washington F. Pires.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Protogenes Guimarães.

Oswaldo Aranha.

P. Góes Monteiro.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

(*) Este decreto foi reproduzido no Diário Oficial de 21 de março de 1935.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.3.1935

CODIGO FLORESTAL

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 1º As florestas existentes no territorio nacional, consideradas em conjuncto, constituem bem de interesse commum a todos os habitantes, do paiz, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código, estabelecem.

Art. 2º Applicam-se os dispositivos deste código assim ás florestas como ás demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade ás terras que revestem. (.....)

CAPITULO IV

POLICIA FLORESTAL

Art. 56. A repartição federal de florestas, coordenará, estimulará e orientará a actividade dos poderes estaduais e municipais, de acordo com os conselhos florestais e as autoridades locais competentes, no sentido da fiel observância deste código.

§ 1º A execução das medidas de polícia e conservação das florestas, constantes deste código, será mantida em todo o território nacional, por delegados, guardas, ou vigias, do governo da União, nomeados, ou designados, especialmente para esse fim.

§ 2º A guarda dos parques nacionais e sua conservação e regeneração das florestas protectoras ou remanescentes, para os efeitos do trato cultural mais adequado, tendo em vista as necessidades de cada reserva natural ficam especialmente, a cargo, ou sob a vigilância da repartição geral de florestas, ou, em casos especiais, de outros serviços técnicos (Serviço de águas, Jardim Botânico, museus, escolas agrícolas, etc...), e mesmo, de instituições particulares.

§ 3º Os governos dos Estados e municípios, organizarão os serviços de fiscalização e guarda das florestas dos seus territórios, na conformidade dos dispositivos deste código e das instruções gerais das autoridades da União, e cooperação com estas no sentido de assegurar a fiel observância das leis florestais.

§ 4º A fiscalização e a guarda das florestas poderão ficar, exclusivamente a cargo do Estado, ou do município, mediante acordo com o governo federal.

Art. 57. As autoridades florestais procurarão, sempre, obter o auxílio dos serviços técnicos, de instruções idoneas, do magisterio público e particular, e mais pessoas competentes ou aptas a cooperarem na realização dos objectivos indicados.

Art. 58. O governo federal deverá estabelecer delegacias regionais nas várias zonas características do país, e, pelo menos, uma delegacia em cada município.

§ 1º A hierarquia dos delegados e guardas, ou vigias, e mais funcionários federais será estabelecida nos regulamentos dos serviços respectivos.

§ 2º Os delegados, quando a função não seja remunerada serão nomeados por dois anos, dentre as pessoas idoneas da região, constituindo serviço relevante o exercício regular do cargo.

§ 3º Os delegados remunerados serão, sempre que possível, agrónomos, ou silvicultores práticos.

Art. 59. As funções de delegados regionais poderão ser exercidas cumulativamente com as de inspectores agrícolas, por designação do Ministerio da Agricultura.

Paragrapho unico. Os inspectores agrícolas, investidos das funções de delegados regionais, em tudo que disser respeito a essas funções entender-se-hão directamente com a repartição florestal.

Art. 60. Para guardas ou vigias, encarregados da vigilância directa das florestas, serão nomeados habitantes no proprio local.

Paragrapho unico. Se, entre os habitantes do local, não houver quem aceite a nomeação, ou reúna os requisitos necessários para o exercício do cargo, será nomeada pessoa idonea, moradora nas proximidades.

Art. 61. A vigilancia das florestas obedecerá a instrucções geraes da repartição federal, respectiva, e ao plano traçado pelo delegado municipal, que dividirá o municipio sob sua guarda em tantas zonas quantas necessarias.

Art. 62. fiscalização dos parques nacionaes, estadoaes e municipaes, e das florestas protectoras e remanescentes, obedececrá a normas especiaes constantes de regulamentos que o governo expedirá, ouvido o conselho florestal.

Art. 63. A fiscalização dos contractos para a exploração industrial de florestas do dominio publico será feita de accôrdo com o que for estabelecido nos mesmos por technico especialista, de livre escolha do governo.

Paragrapho unico. Entre as attribuições de fiscal se comprehende a de fazer com que o contractante exclua de serviço qualquer empregado, responsavel por infracção florestal grave, devidamente provada. Desse acto caberá recurso para a autoridade administrativa competente.

Art. 64. Os contractantes da exploração florestal serão obrigados a auxiliar o policiamento das florestas includas em seus contractos, prestando a assistencia solicitada, prevenindo, ou procurando evitar, por acto proprio ou de seus prepostos, quaisquer infracções florestaes, se não puderem, de momento, obter a intervenção da autoridade competente.

Ver o art. 86.

Art. 65. As funcções de guarda, ou vigia florestal, em florestas sujeitas a regimen especial, serão exercidas sem remuneração fixa, dando, porém, direito a 50 % da importancia arrecadada das multas em virtude de infracções por elles averiguadas, e a 20 % do producto liquido das apreensões decorrentes das mesmas infracções.

§ 1º Os guardas ou vigias de florestas do dominio publico terão direito de occupar, na zona que policiarem, e emquanto exercerem o cargo, uma area, demarcada previamente, pela repartição florestal, nunca superior a cinco hectares.

§ 2º Em caso de exoneração do guarda, ou vigia, a area occupada será restituída, sem indemnização do governo, salvo pelas bemfeitorias necessarias e uteis, regularmente autorizadas.

Art. 66. Todos os funcçionarios florestais, em exercicio de suas funcções, são equiparados aos agentes de segurança publica e officiaes de justiça, sendo-lhes facultado o porte de armas, e cabendo-lhes, em relação á policia florestal, as mesmas attribuições e deveres consignados nas leis vigentes.

Paragrapho unico. Nessa qualidade, deverão os mesmos agentes prender e autuar os infractores em flagrante delicto, effectuar apreensões autorizadas por este codigo, requisitar força ás autoridades locaes, quando necessario, e promover as diligencias preparatorias do respectivo processo judiciario.

Art. 67. Em caso de incendio em florestas, que, por suas proporções, não se possa extinguir com os recursos ordinarios, ao funcçionario florestal compete requisitar os meios materiaes utilisaveis, e convocar os homens validos em condições de prestar-lhe auxilio no combate ao fogo.

Art. 68. Sempre que verificar o começo de infracção, e se o infractor não tiver sido anteriormente achado em falta desse genero o guarda ou vigia, o convidará a cessar a acção prohibida. Não sendo attendido, o funcçionario usará dos meios coercitivos, facultados por este codigo, para evitar que a

acção continue e autuará o infractor em flagrante, considerando-se a infracção qualificada e consumada, para os efeitos da imposição da pena. Se for atendido o convite do agente, o infractor responderá pelos prejuizos materiaes causados e será passivel somente da pena de multa em que houver incorrido.

Art. 69. Corre a qualquer pessoa o dever de oppor-se, suasoriamente, á pratica de actos que importem em infracções florestaes, e de leval-os ao conhecimento da autoridade competente.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 109. Emquanto não forem nomeados, e entrarem em funcção em qualquer parte do territorio nacional, os agentes florestaes da União, a quem competirá, especialmente, a guarda e conservação das florestas, serão suas attribuições exercidas pelas autoridades locaes, auxiliadas por cidadãos idoneos, que para esse fim se offerecerem, ou por ellas convidados. Em falta da autoridade florestal, exercerão as suas attribuições as autoridades policiaes.

Art. 110. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1934, 113º da independencia e 46º da republica.

GETULIO VARGAS.

Ed. Navarro de Andrade, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do Ministro.

Francisco Antunes Maciel

Washington F. Pires.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Protogenes Guimarães.

P. Góes Monteiro.

Oswaldo Aranha.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS POLÍCIAS MILITARES AMBIENTAIS DO BRASIL

- Região Norte
 - [Acre](#)
 - [Amapá](#)
 - [Amazonas](#)
 - [Roraima](#)
 - [Rondônia](#)
 - [Tocantins](#)
- Região Nordeste
 - [Alagoas](#)
 - [Bahia](#)
 - [Ceará](#)
 - [Maranhão](#)
 - [Paraíba](#)
 - [Pernambuco](#)
 - [Piauí](#)
 - [R.Gr. do Norte](#)
 - [Sergipe](#)
- Região Sul
 - [Paraná](#)
 - [R. Gr. do Sul](#)
 - [Santa Catarina](#)



- Região Centro-Oeste
 - [Brasília](#)
 - [Goiás](#)
 - [Mato Grosso](#)
 - [Mato Grosso do Sul](#)

- Região Sudeste
 - [Espírito Santo](#)
 - [Minas Gerais](#)
 - [Rio de Janeiro](#)
 - [São Paulo](#)

Região Norte

● Acre

PMAC - CIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (PELOTÃO FLORESTAL) -

Endereço: Conjunto Castelo Branco, 37 - Floresta - Rio Branco/AC

CEP: 69900-370

Fones: (068) 3227-1207 / 3226-3706 / 3227/5095 - **Fax:** (068) 3227-5095

E-mail: pelflo.pmac@ac.gov.br / **Site da Unidade:** não possui

Site da PM: <http://www.pm.ac.gov.br/>

● Amapá

PMAP - BATALHÃO AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR -

Endereço: Rua Lucênda de Azevedo, s/nº - Vila Daniel - Santana - AP

CEP: 68.925-000

Fone: (096) 3282-1091 - **Fax:** (096) 3283-4451

e-mail: ambientalpmmap@ig.com.br

Site: <http://www.pm.ap.gov.br/>

● Amazonas

Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

site: <http://www.pm.am.gov.br/>

● Pará

PMPA - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL -

Endereço: Rua João Paulo II, s/n.º

Fone: (091) 3276-0555 - **Fax:** (091) 3276-0555

e-mail: bpambiental@pm.pa.gov.br

site PMPA: <http://www.pm.pa.gov.br/>

● Roraima

PMRR - NÃO POSSUI POLICIAMENTO AMBIENTAL

Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima

e-mail: cmdgeralpmrr@mandic.com.br / pmrrcpd@zipmail.com.br

Site PMRR: <http://www.pm.rr.gov.br/>

● Rondônia

PMRO - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL

Endereço: Av. Tiradentes, 3360 - Pedacinho de Chão - Porto Velho/RO

CEP: 78904-090

Fone: (069) 3230-1088/ - **Fax:** (069) 9982-6152

e-mail: falecomando@enternet.com.br / pmro@portovelho.br

site PMRO: <http://www.pm.ro.gov.br/>

● Tocantins

PMTO - CIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL -**Endereço:** Q. 113 - Norte - Conjunto 2 - Lote 15 Ed. Novo Horizonte Palmas/TO

CEP: 77013-020

Fone: (063) 3218-2790 / 2731 / 2791 / 2710/ 2761 - **Fax:** (063) 3218-2790/2313**site PMTO:** <http://www.pm.to.gov.br/>**Região Nordeste**● **Alagoas****PMAL - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL -****Endereço:** Balneário Catolé, BR 316, KM 14 - Bairro Clima Bom - Maceió - AL

CEP: 57083-000

Fone: **Fax:** (82) 3216-6103**Site da PM AL:** <http://www.pm.al.gov.br/>● **Bahia****PMBA - CIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – COPPA -****Endereço:** Av. Pinto de Aguiar, s/nº - Sítio Pombal - Pituaguá - Salvador/BA

CEP: 41740-510

Fone: (071) 3363-4035 / 3363-4089 / 3232 8244 / 9965-7396 - **Fax:** (071)3363-4035**e-mail:** coppa@pmba.ba.gov.br**site PMBA:** www.bahia.ba.gov.br/pmba● **Ceará****PMCE - CIA DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL -****Endereço:** Av Dr Raul Barbosa, 6801 - Bairro Aerolândia - Fortaleza/CE

CEP: 60851-290

Fone: (085) 3101- 3570 - **Fax:** (085) 3101-3570**site PMCE:** <http://www.pm.ce.gov.br/>● **Maranhão****PMMA - BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL -****Endereço:** Parque Estadual do Bacangu – Vila dos Frades – Coroadinho – São Luis/MA

CEP: 35000-000

Fone: (098) 3249-9154 - **Fax:** (098) 3249-9154**e-mail:** bpapm@gesep.ma.gov.br**site da Unidade:** <http://www.gesep.ma.gov.br/>**site da PMMA:** <http://www.pm.ma.gov.br/>● **Paraíba****PMPB - CIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL****Endereço:** BR 230 - KM 08 - Estrada de Cabedelo Mata do Amém - Cabedelo /PB

CEP: 58310-000

Fone: (083) 3218-8300**Site PMPA:** <http://www.pm.pb.gov.br/>● **Pernambuco****PMPE - 1ª CIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO DO MEIO AMBIENTE -****Endereço:** Rua do Cajá, s/n - Bairro Cruz de Rebouças - Igarassú/PE

CEP: 53630-190

Fone: (081) 3543-1775 / 3543-0607 - **Fax:** (081) 3543-1775**e-mail:** cipoma_pmpe@ig.com.br**site PMPE:** <http://www.pm.pe.gov.br/>● **Piauí****PMPI - CIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL****Endereço:** Av. Duque de Caxias, s/n Parque da Cidade - Primavera II - Teresina/PI

CEP: 64006-220

Fone: (086) 3214-2664**site PMPI:** <http://www.pm.pi.gov.br/>● **Rio Grande do Norte****PMRN - COMPANHIA INDEPENDENTE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL -****Endereço:** Av. Alexandrino de Alencar, s/n - Bosque dos Namorados - Tirol - Natal/RN

CEP: 59015-350

Fone: (084) 3232- 7549 - **Fax:** (084)3201-5353**e-mail:** parquedasdunas@digl.com.br**site PMRN:** <http://www.pm.rn.gov.br/>● **Sergipe****PMSE - PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL -****Endereço:** Av. Santos Dumont s/nº - Arcos da Orla, Atacaia - Aracaju/SE

CEP: 49025-040

Fone: (079) 3243-2102 / 0800-793424**e-mail:** ppamb@ig.com.br /**site PMSE:** www.prodase.com.br/pmse**Região Sul**● **Paraná****PMPR - BATALHÃO DE POLICIA FLORESTAL -****Endereço:** Av. das Torres, 10.000 – Parque Metropolitano, São José dos Pinhais - PR

CEP: 83040-340

Fone: (041) 3383-1176 - **Fax:** (041) 3383-1176**e-mail:** bbflo@pr.gov.br**site Unidade:** www.pr.gov.br/pmpr/bpflo

site: www.celepar.br/pmpr

● Rio Grande do Sul

PMRS – COMANDO AMBIENTAL DA BRIGADA MILITAR - Endereço: Av. Bento Gonçalves, 3850 - Bairro Paternon - Porto Alegre/RS
CEP: 90650-001

Fone: (051) 3339-4568 - **Fax:** (051) 3339-4219

e-mail: cabm@brigadamilitar.rs.gov.br

site PMRS: <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/>

● Santa Catarina

PMSC - GUARNIÇÃO ESPECIAL DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Endereço: Rua Capitão Euclides de Castro, nº. 1000, Coqueiros - Florianópolis/SC
CEP: 88080-010

Fone: (048) 3348-0336/ 2240-1608

e-mail: cppacmt@pm.sc.gov.br / cppap4ch@pm.sc.gov.br

site Unidade: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Site PMSC: <http://www.pm.sc.gov.br/>

Região Centro-Oeste

● Distrito Federal

PMDF - CIA DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL -

Endereço: Candangolândia, Área especial - Praça do Bosque - Brasília/DF
CEP: 725-050-000

Fone: (061) 3301-1901/ 3301-3664 - **Fax:** (061)3301-8140

e-mail: cpflo@bol.com.br /

site da PMDF: <http://www.pm.df.gov.br/>

● Goiás

PMGO - BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Endereço: Rod. BR 060, Km 175 - Pq. Estadual Telma Ortegal - Abadia de Goiás /GO
CEP: 75345-000

Fone: (062)3503-1419, 3533-8416 - **Fax:** (061) 3503-1419

e-mail: bpmambiental-sop@pm.go.gov.br

site da PMGO: <http://www.pm.go.gov.br/>

● Mato Grosso

PMMT - BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL

Endereço: Av. Governador Júlio Campos, s/n - B. Cidade de Deus - Várzea Grande /MT
CEP: 78110-000

Fone: (065) 3684-4244 - **Fax:** (65) 3684-2972

Site PMMT: <http://www.pmmt.gov.br/>

● Mato Grosso do Sul

PMMS - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL -

Endereço: Av. Mato Grosso, s/n Parque das Nações Indígenas - Campo Grande/MS
CEP: 79031-001

Fone: (067) 3314-4925/4926/4920 - **Fax:** (67) 3428-0607

e-mail: batalhaoambiental@hotmail.com

Site da PMMS: <http://www.pm.ms.gov.br/>

Região Sudeste

● Espírito Santo

PMES - CIA DE POLÍCIA AMBIENTAL -

Endereço: Rod. Governador José Sette, Km 2,5 - Bairro Tucum - Cariacica/ES
CEP: 29152-500

Fone: (027) 3336-4515 - 3364516 - **Fax:** (27) 3336-4515

e-mail: poliamb@ig.com.br / chefep3@pm.es.gov.br / poliambiental@oi.com.br

site da PMES: <http://www.pm.es.gov.br/>

● Minas Gerais

PMMG - 7ª CIA DE POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE

Endereço: Rua Bahia, 2115 - 4º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG
CEP: 30.160-012

Fone: (031) 3071-2444 - **Fax:** (031) 3071-2444

e-mail: dae@pmmg.mg.gov.br

site da PMMG: <http://www.pmmg.gov.br/>

● Rio de Janeiro

PMERJ - BATALHÃO DE POLÍCIA FLORESTAL E DE MEIO AMBIENTE

Endereço: Rod. Amaral Peixoto, KM 9,5 - Bairro Colubandê - São Gonçalo /RJ
CEP: 247444-560

Fone: (021) 3399-4830 / 4832/4837/4838 - **Fax:** (021) 2601-2010

e-mail: 6pfma2@ig.com.br / bpflo@policiamilitar.rj.gov.br

site PMERJ: <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/>

● São Paulo

PMSP - COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL -

Endereço: Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 prédio 1 - 4º andar
Pinheiros - São Paulo/SP / CEP: 05455-000

Fone: (011) 5073-8777/3030-6625

e-mail: cpfm@polmil.sp.gov.br

site Unidade: <http://www.florestal.ezedir.net/>

site PMSP: <http://www.polmil.sp.gov.br/>

CURSO ESTRATÉGIAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

09 a 18 de novembro de 2006 - Pantanal Sul-mato-grossense

Realização: Polícia Militar de MS e Instituto Homem Pantaneiro

Corumbá, 19 de novembro de 2006.

CARTA DO AMOLAR

Carta elaborada pelos integrantes do “**Curso Estratégias para Conservação da Natureza - VII Edição**” realizado no período de 09 a 18 de novembro de 2006, no Pantanal Sul-mato-grossense, Brasil.

O grupo foi composto por oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil, representando cerca de 8 mil Policiais Militares Ambientais distribuídos em 19 Estados e o Distrito Federal, aqui presentes, com representação de um oficial da Polícia Nacional do Paraguai e um oficial do Quênia e, ainda, um técnico da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Por um período de 10 dias, os oficiais participaram de forma intensa de várias palestras, oficinas de campo e discussões relacionadas com a questão da Conservação da Natureza no âmbito nacional. Ao final das atividades, foram constatados os seguintes diagnósticos ambientais e institucionais:

1- RADIOGRAFIA DA CONSERVAÇÃO

- Supressão da cobertura vegetal, em decorrência da agricultura, pecuária, biomassa, mineração, exploração madeireira;
- Queimadas e incêndios florestais;
- Degradação dos recursos hídricos, em decorrência da supressão das matas ciliares, mineração, lançamentos de resíduos industriais e urbanos e captação irregular de recursos hídricos;

- Bio-pirataria, tráfico e comércio de animais silvestres;
- Maus tratos de animais e introdução de fauna exótica;
- Ocupação desordenada do espaço geográfico brasileiro, com invasão de áreas protegidas e terras de povos tradicionais;
- Poluição atmosférica, sonora e produção de resíduos sólidos (lixo);
- Extração de recursos minerais de forma degradatória;
- Depredação da ictiofauna.

2 - DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DAS POLÍCIAS MILITARES AMBIENTAIS

- Deficiência de recursos humanos, financeiros e de estrutura logística;
- Legislações complexas e conflitantes, que ocasionam interpretações diversas em situações similares;
- Deficiência de capacitação técnica:
- Ausência de uma estratégia institucional para execução de programas de educação ambiental, tanto em âmbito externo como interno;
- Falta de recrutamento e seleção específica para atuação na atividade especializada ambiental;
- Desvio do efetivo para funções não correlatas ao policiamento ambiental, gerando incompatibilidade com a atividade específica, além da alta rotatividade do efetivo especializado, causando dificuldade no planejamento a médio e longo prazo;
- Falta de integração das Polícias Militares Ambientais e ausência de uma padronização de doutrina e atuação conjunta no âmbito regional e nacional, além de inexistência de um sistema de informações eficiente;
- Limitação administrativa e operacional das Polícias Militares Ambientais em decorrência da estrutura atual de subordinação aos Comandos Gerais das Polícias Militares Estaduais;
- Falta de uma política institucional voltada para motivação, reconhecimento e valorização dos policiais ambientais;
- Falta de corpo técnico de peritos, veterinários, biólogos e outros, para apoiar nas áreas operacionais;
- Não cumprimento dos convênios pelo IBAMA e demais órgãos conveniados.

3 – CONCLUSÕES

Após discussão e análise destes diagnósticos e prognósticos, e com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, o grupo apresentou as seguintes estratégias visando à conservação dos recursos ambientais através do fortalecimento das ações das Polícias Militares Ambientais, os quais transcrevemos abaixo:

- Destinar percentual financeiro do Fundo Nacional de Segurança Pública para aquisição de materiais e equipamentos, a fim de suprir as necessidades das unidades operacionais ambientais.
 - Realização e incrementação de cursos e estágios na área do policiamento ambiental; Execução de convênios com repasse financeiro para atividades;
 - Criação de um canal para troca de informações e experiências entre as Polícias Ambientais;
- Realizar seminários e encontros internos envolvendo a atividade ambiental;
- Buscar junto aos Comandos Gerais das instituições, através do conselho de Comandantes Gerais, a construção de uma política ambiental em nível nacional;
 - Criação do Conselho de Política Nacional das Polícias Militares Ambientais;
 - Implementação de uma política institucional voltada para a valorização e reconhecimento das ações das Polícias Militares Ambientais;
 - Deliberação no Conselho Nacional de Comandantes Gerais / Câmara Técnica Ambiental sobre critérios de rotatividade e período de permanência do representante das Polícias Militares Ambientais, por regiões, na composição do CONAMA.

ASSINAM A CARTA:

- Evandro Brandão de Barros Vasconcelos - 1º Ten PMAL
- Ronaldo Jorge Alves de Freitas - Cap PMAM
- Mayanne Áurea da Cruz Aleluia - 1º Ten PMBA
- Maria Alenir Bezerra de França - Cap PMCE
- Alexandre Oliveira de Carvalho - 1º Ten PMDF
- Patrício Bernabé Fiorim - 1º Ten PMES
- Daniel Holanda dos Santos - 1º Tem PMMA
- Hélder Taborelli Sêmpio – Maj PMMT

- Fagner Augusto do Nascimento - 2º Ten PMMT
- Darci Caetano dos Santos - 2º Ten PMMS
- Francisco Solano Espíndola - 1º Ten PMMS
- Nílson de Jesus Neves - Cap PMMG
- Fernando Aberto Bilóia da Silva - Cap PMPA
- Antônio Josias de Sousa - Cap PMPB
- Sérgio Souza dos Santos - 1º Ten PMPE
- Alessandra Veruschka Duarte Carvalhaes - 1º Ten PMERJ
- Eduardo Frederico Cabral Oliveira - Ten Cel PMERJ
- Fabíola Pinheiro Ribeiro - 1º Ten Vet PMERJ
- Rodrigo Sanglard - Maj PMERJ
- Gontijo Trigueiro Félix da Silva - 1º Ten PMRN
- Paulo César de Carvalho - Cap PMRS
- William Wallace de Souza - Cap PMSC
- Antônio João de Mello Júnior - Capitão PMSC
- Enio Antônio de Almeida - 1º Ten PMESP
- Marcos de Castro Simanovic - Cap PMESP
- Matheus Soares da Silva - 1º Ten PMSE
- Raimundo Aberson Sales Sobrinho - Maj PMTO
- Alcídio de Sousa Araújo - Delegado de Polícia Federal/MS